



João Monlevade/MG, 25 de setembro de 2020.

Ao Banco Central do Brasil

Assunto: Remessa eletrônica de demonstrações financeiras.

Prezados,

1. Objetivando atender a Circular nº 3.964, de 25/9/2019, emitida pelo Banco Central do Brasil, que dispõe sobre a remessa eletrônica de demonstrações financeiras de publicação obrigatória para fins de constituição da Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional, encaminhamos os seguintes documentos:

Data Base:	06/2020
Documentos:	(x) Balanço Patrimonial (x) Demonstração do Resultado (x) Demonstração dos Fluxos de Caixa (x) Demonstração de Resultados Abrangente (x) Notas Explicativas (x) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Data publicação:	22 de setembro 2020
Sítio eletrônico publicação:	www.scoopcredibelgo.com.br

2. Informamos que a administração desta Cooperativa se responsabiliza pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo.

Atenciosamente,

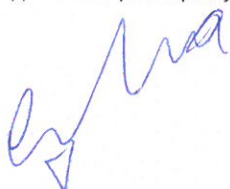
**Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados das Empresas Siderúrgicas,
Metalúrgicas e Eletro-Mecânicas de João Monlevade Ltda. - CREDIBELGO
CNPJ: 24.235.459/0001-32**

Carlos Geraldo da Silva
Diretor Responsável pela Contabilidade

Delci Sérgio do Couto
Contador / CRC - 23.550

BALANÇO PATRIMONIAL

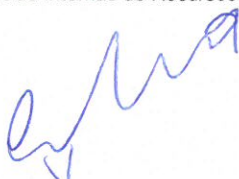
	Notas	30/06/2020	31/12/2019
ATIVO		4.642.477,66	4.712.296,57
Circulante		1.647.523,30	1.639.400,31
Caixa e Equivalentes De Caixa		104.340,87	18.988,02
Disponibilidades		104.340,87	18.988,02
Centralização Financeira		-	-
Aplicações Interfinanceiras De Liquidez		-	-
Títulos e Valores Mobiliários		-	-
Instrumentos Financeiros		417.304,66	357.601,47
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		-	-
Títulos e Valores Mobiliários		417.304,66	357.601,47
Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-
Relações Interfinanceiras		-	-
Relações Interfinanceiras		-	-
Repasses Interfinanceiros		-	-
(-) Provisão para Repasses Interfinanceiros		-	-
Correspondentes		-	-
Relações Interdependências		-	-
Operações de Crédito		896.830,96	1.009.941,80
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		1.031.066,03	110.463.370,00
(-) Provisão para Operações de Empréstimos e Direitos Creditórios		(134.235,07)	(94.691,90)
Financiamentos		-	-
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		-	-
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		-	-
(-) Provisão para Operações de Financiamentos Rurais e Agroindustriais		-	-
Financiamentos Imobiliários		-	-
(-) Provisão para Operações de Financiamento Imobiliário		-	-
Financiamento de Títulos e Valores Mobiliários		-	-
(-) Provisão para Operações de Financiamento de Títulos e Valores Mobiliários		-	-
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão		-	-
(-) Provisão para Operações de Crédito Cedidas		-	-
Outros Créditos		224.497,61	251.192,02
Avais e Fianças Honrados		-	-
Rendas a Receber		-	-
Negociação e Intermediação de Valores		-	-
Créditos Específicos		-	-
Diversos		305.345,45	252.387,18
Devedores por Depósitos em Garantia		-	-
Créditos Tributários		-	-
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(80.847,84)	(1.195,16)
Outros Valores e Bens		4.549,20	1.677,00
Outros Valores e Bens		-	-
(-) Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens		-	-
Despesas Antecipadas		4.549,20	1.677,00
Não Circulante		2.994.954,36	3.072.896,26
Realizável a Longo Prazo		-	-
Instrumentos Financeiros		-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		-	-
Títulos e Valores Mobiliários		-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-
Relações Interfinanceiras		-	-
Relações Interfinanceiras		-	-
Repasses Interfinanceiros		-	-
(-) Provisão para Repasses Interfinanceiros		-	-
Correspondentes		-	-
Relações Interdependências		-	-
Operações de Crédito		1.102.040,22	1.132.710,22
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		1.228.648,30	1.261.234,91
(-) Provisão para Operações de Empréstimos e Direitos Creditórios		(126.608,08)	(128.524,69)






BALANÇO PATRIMONIAL

Financiamentos	-	-
(-) Provisão para Operações de Financiamentos	-	-
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	-	-
(-) Provisão para Operações de Financiamentos Rurais e Agroindustriais	-	-
Financiamentos Imobiliários	-	-
(-) Provisão para Operações de Financiamento Imobiliário	-	-
Financiamento de Títulos e Valores Mobiliários	-	-
(-) Provisão para Operações de Financiamento de Títulos e Valores Mobiliários	-	-
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	-	-
(-) Provisão para Operações de Crédito Cedidas	-	-
Outros Créditos	-	-
Avais e Fianças Honrados	-	-
Rendas a Receber	-	-
Negociação e Intermediação de Valores	-	-
Créditos Específicos	-	-
Diversos	-	-
Devedores por Depósitos em Garantia	-	-
Créditos Tributários	-	-
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-
Outros Valores e Bens	-	-
Outros Valores e Bens	-	-
(-) Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	-	-
Despesas Antecipadas	-	-
Investimentos	-	-
Investimentos	-	-
(-) Provisão para Perdas com Investimentos	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Ágio na Aquisição de Investimentos	-	-
Imobilizado de Uso	1.892.914,14	1.940.186,04
Imobilizado de Uso	2.174.962,45	2.163.812,27
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado	(282.048,31)	(223.626,23)
(-) Redução ao Valor Recuperável do Imobilizado	-	-
Diferido	-	-
Diferido	-	-
(-) Amortização Acumulada do Diferido	-	-
Intangível	-	-
Intangível	-	-
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos Intangíveis	-	-
Total Ativo	4.642.477,66	4.712.296,57
PASSIVO	453.254,14	448.915,17
Circuante	453.254,14	448.915,17
Depósitos	231.004,01	254.885,18
Depósitos à Vista	-	-
Depósitos Interfinanceiros	-	-
Depósitos Sob Aviso	-	-
Depósitos à Prazo	231.004,01	254.885,18
Outros Depósitos	-	-
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	-	-
Obrigações por Emissão Letras Crédito Agronegócio	-	-
Obrigações por Emissão de Letras Financeiras	-	-
Relações Interfinanceiras	-	-
Obrigações Junto a Partic. De Sist. De Liquiq.	-	-
Repasse Interfinanceiros	-	-
Correspondentes	-	-
Centralização Financeira - Cooperativas Centrais	-	-
Relações Interdependências	-	-
Recursos em Trânsito de Terceiros	-	-
Transferências Internas de Recursos	-	-





BALANÇO PATRIMONIAL

Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	-
Empréstimos no País - Instituições Oficiais	-	-
Empréstimo no País - Outras Instituições	-	-
Obrigações por repasses	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-
Outras Obrigações	222.250,13	194.029,99
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados Sociais e Estatutárias	-	891,36
Negociação e Intermediação de Valores	166.443,23	124.865,10
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	-	-
Diversas	15.534,07	18.230,79
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	40.272,83	50.042,74
	-	-
Não Circulante	-	-
Depósitos	-	-
Depósitos Sob Aviso	-	-
Depósitos à Prazo	-	-
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	-	-
Obrigações por Emissão Letras Crédito Agronegócio	-	-
Obrigações por Emissão de Letras Financeiras	-	-
Relações Interfinanceiras	-	-
Obrigações Junto a Partic. De Sist. De Liquiq.	-	-
Repasses Interfinanceiros	-	-
Correspondentes	-	-
Centralização Financeira - Cooperativas Centrais	-	-
Relações Interdependências	-	-
Recursos em Trânsito de Terceiros	-	-
Transferências Internas de Recursos	-	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	-
Empréstimos no País - Instituições Oficiais	-	-
Empréstimo no País - Outras Instituições	-	-
Obrigações por repasses	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-
Outras Obrigações	-	-
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados Sociais e Estatutárias	-	-
Negociação e Intermediação de Valores	-	-
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	-	-
Diversas	-	-
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	-	-
Receita de Exercício Futuros	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.189.223,52	4.263.381,40
Capital Social	2.762.115,07	2.805.171,68
De Domiciliados No País	2.762.115,07	2.805.171,68
(-) Capital a Realizar	-	-
Reserva de Capital	-	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Reserva de Sobras	1.382.952,76	1.382.952,76
Sobras ou Perdas Acumuladas	44.155,69	75.256,96
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	4.642.477,66	4.712.296,57

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

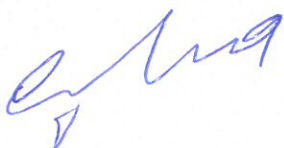





DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS ACUMULADO

DSP	Notas	1o Sem. 2020	1o Sem. 2019
Ingresso/Receita da Intermediação Financeira		683.405,40	648.152,68
Operações de Crédito		683.405,40	643.221,31
Resultado de Aplicações Interfinanceiras De Liquidez		-	-
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		-	-
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		-	-
Resultado das Aplicações Compulsórias		-	-
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		-	4.931,37
Dispêndio/Despesa da Intermediação Financeira		(143.640,70)	(94.340,80)
Operações de Captação no Mercado		(4.216,15)	(4.720,82)
Operações de Empréstimos e Repasses		-	(23.309,20)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		-	-
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos		-	-
Provisão para Operações de Créditos		(139.424,55)	(66.310,78)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		539.764,70	553.811,88
Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais		(526.955,23)	(629.286,25)
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço		-	-
Rendas (Ingressos) de Tarifas		-	-
Despesa (Dispêndios) de Pessoal		(315.023,38)	(350.138,93)
Despesas (Dispêndios) Administrativas		(290.724,38)	(380.845,13)
Despesas(Dispêndios) Tributárias		(2.221,87)	(9.751,04)
Resultado de participações em coligadas e controladas		-	-
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais		87.207,75	114.081,33
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais		(6.193,35)	(2.632,48)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Redução ao Valor Recuperável		-	-
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Passivos Contingentes		-	-
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Garantias Prestadas		-	-
Resultado Operacional		12.809,47	(75.474,37)
Outras Receitas e Despesas		31.346,22	233.695,28
Lucros em Transações com Valores e Bens		-	-
Prejuízos em Transações com Valores e Bens		-	-
Outras Receitas		31.346,22	243.341,28
Outras Despesas		-	(9.646,00)
Resultado Antes da Tributação e Participações		44.155,69	158.220,91
Imposto de Rendamentos sobre Atos Não Cooperativos		-	-
Contribuição Social sobre Atos Não Cooperativos		-	-
Participações nos Resultados de Empregados		-	-
Sobras/Perdas Antes das Destinações		44.155,69	158.220,91
Destinações Legais e Estatutárias		-	-
FATES		-	-
Reserva Legal		-	-
Resultado Antes dos Juros ao Capital		44.155,69	158.220,91
Juros ao Capital		-	-
Sobras/Perdas Após as Destinações Legais e Estatutárias		44.155,69	158.220,91

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.






0
0
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

DRA	Notas	1o Sem. 2020	1o Sem. 2019
Sobras/Perdas Líquidas		44.155,69	158.220,91
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente		44.155,69	158.220,91

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DESCRIÇÃO	Notas	1o Sem. 2020	1o Sem. 2019
Atividades Operacionais			
Sobras/Perdas do Período		44.155,69	158.220,91
Ajuste de Exercícios Anteriores		-	-
Juros ao Capital a Receber		-	-
Distribuição de Sobras e Dividendos		-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial		-	-
Participações no Lucro(Sobra)		-	-
Provisão para Operações de Crédito		139.424,55	66.310,78
Provisão de Juros ao Capital		-	-
Destinações de Sobras		-	-
Provisão (Reversão) para desvalorização de outros valores e bens		-	-
Despesa (Reversão) com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais		-	-
Atualização de depósitos em garantia		-	-
(Ganho)/Perdas por baixas de imobilizado		-	-
(Ganho)/Perdas por baixas de intangível		-	-
Depreciações e Amortizações		58.422,08	67.342,04
		242.002,32	291.873,73
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		-	-
Títulos e Valores Mobiliários		(59.703,19)	(35.966,27)
Relações Interdependências		-	-
Operações de Crédito		4.356,29	(78.304,18)
Outros Créditos		26.694,41	(328.547,53)
Outros Valores e Bens		(2.872,20)	90.441,94
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos a Vista		-	-
Depósitos sob Aviso		-	-
Depósitos a Prazo		(23.881,17)	87.135,80
Outros Depósitos		-	-
Obrigações por Emissão de LCA		-	-
Resultado de Exercícios Futuros		-	-
Relações Interdependências		-	-
Relações Interfinanceiras		-	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses		-	321.527,49
Outras Obrigações		28.220,14	4.940,02
Destinação de Sobras Exercício Anterior Ao FATES		(45.154,18)	(20.000,00)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos		-	-
FATES Sobras Exercício		-	-
IRPJ		-	-
CSLL		-	-
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais		169.662,42	333.101,00
Atividades de Investimentos			
Recebimento Dividendos		-	-
Distribuição Sobras da Central		-	-
Distribuição Sobras da Confederação		-	-
Alienação de Investimento		-	-
Alienação de Imobilizações de Uso		-	-
Aplicação no Intangível		-	-
Aplicação no Diferido		-	-
Aquisição De Imobilizado de Uso		(11.150,18)	(23.526,03)
Aquisição de investimentos		-	(60.498,50)
Outros Ajustes		-	19.565,35
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos		(11.150,18)	(64.459,18)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital		173.872,30	208.980,29
Devolução de Capital à Cooperados		(247.031,69)	-
Estorno de Capital		-	(240.279,38)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar		-	-
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados		-	-
Juros ao Capital à Ex-associados		-	-
Subscrição do Juros ao Capital Líquido de IRRF		-	-
Recuperação de Sobras de Exercícios Anteriores		-	-
Aumento no capital por incorporações		-	-
Aumento nas reservas por incorporações		-	-
Sobras/Perdas por incorporações		-	-
Reversão de Reserva de Expansão		-	-
Aumento aportes em reserva estatutária		-	-
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos		(73.159,39)	(31.299,09)
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		85.352,85	237.342,73
Modificações em de Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		18.988,02	87.273,24
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período		104.340,87	324.615,97
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		85.352,85	237.342,73








CREDIBELGO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Eventos	Capital		Reservas de Sobras			Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Fundo de Reserva	Estatutárias	Contingências		
Saldo em 31/12/2018	2.833.583,30	-	1.373.545,65	-	-	23.662,98	4.230.791,93
Ajustes de Exercícios Anteriores							
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores							
Destinações de Sobras Exercício Anterior:							
Ao FATES							
Outras Destinações							
Constituição de Reservas							
Em Conta Corrente do Associado							
Ao Capital	3.662,98						
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados							
Constituição de reservas por Incorporações							
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização	208.980,29						
Por Devolução (-)							
Estorno de Capital	(240.279,38)						
Reversões de Reservas							
Sobras ou Perdas Líquidas							
Remuneração de Juros ao Capital:							
Provisão de Juros ao Capital							
Subscrição do Juros ao Capital							
IRRF sobre Juros ao Capital							
Juros ao Capital - Ex associados							
IRRF sobre Juros ao Capital - Ex associados							
Movimentações por incorporações							
FATES - Atos Não Cooperativos							
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:							
Fundo de Reserva							
Outros Fundos Estatutários							
F A T E S	2.805.947,19		1.373.545,65			158.220,91	4.337.713,75
Saldo em 30/06/2019	2.805.171,68		1.382.952,76			75.256,96	4.263.381,40
Saldo em 31/12/2019							
Ajustes de Exercícios Anteriores							
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores							
Destinações de Sobras Exercício Anterior:							
Ao FATES							
Outras Destinações							
Constituição de Reservas							
Em Conta Corrente do Associado							
Ao Capital	30.102,78						
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados							
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização	173.872,30						
Por Devolução (-)	(247.031,69)						
Estorno de Capital							
Reversões de Reservas							
Sobras ou Perdas Líquidas							
Remuneração de Juros ao Capital:							
Provisão de Juros ao Capital							
Subscrição do Juros ao Capital							
IRRF sobre Juros ao Capital							
Juros ao Capital - Ex associados							
IRRF sobre Juros ao Capital - Ex associados							
Movimentações por incorporações							
FATES - Atos Não Cooperativos							
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:							
Fundo de Reserva							
Outros Fundos Estatutários							
F A T E S	2.762.115,07		1.382.952,76			44.155,69	4.189.233,52
Saldo em 30/06/2020							



COOPERATIVA DE ECONOMIA E DE CREDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DAS EMPRESAS SIDERÚRGICAS, METALÚRGICAS E ELETRO - MECÂNICAS DE JOÃO MONLEVADE LTDA – CREDIBELGO –

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 30 DE DEZEMBRO DE 2019

1. Contexto Operacional

COOPERATIVA DE ECONOMIA E DE CREDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DAS EMPRESAS SIDERÚRGICAS, METALÚRGICAS E ELETRO - MECÂNICAS DE JOÃO MONLEVADE LTDA – CREDIBELGO, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 04 de junho de 1.967, permaneceu filiada à Cecemge até o dia 02/10/2019 conforme correspondência CA 049/2019- DIR e, a partir desta desfiliação, passou à condição de conveniada à CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CREDITO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA. - SICOOB CENTRAL CECREMGE. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

A CREDIBELGO tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, tendo sido aprovada pela sua administração, em sua reunião datada de 21 de julho de 2020, da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo

BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis;

3. Resumo das principais práticas contábeis

a3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.



As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, terrenos edificações, e as edificações em cursos, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

h) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

i) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

j) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

k) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.



l) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

n) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

p) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

q) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 30 de junho de 2020 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e



• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2020.

4. Títulos e valores mobiliários

Em 30 de junho de 2020 e 31/12/2019, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Título de Renda Fixa	417.304,66	357.601,47
TOTAL	417.304,66	357.601,47

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI.

Os recursos aplicados no mercado financeiro, através do Banco Santander Brasil e Caixa Econômica Federal, somaram R\$ 417.304,66

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	30/06/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos	1.031.066,03	1.228.648,30	2.259.714,33	2.365.868,61
(-) Provisões para Operações de Crédito	(134.235,07)	(126.608,08)	(260.843,15)	(223.216,59)
TOTAL	896.830,96	1.102.040,22	1.998.871,18	2.142.652,02

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Total em 30/06/2020	Provisões 30/06/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
A 0,5% Normal	1.568.235,68	1.568.235,68	7.841,18	1.508.621,56	7.543,11
B 1% Normal	31.602,01	31.602,01	316,02	136.840,83	1.368,41
B 1% Vencidas	51.668,89	51.668,89	516,69	86.766,74	867,66
C 3% Normal	42.856,41	42.856,41	1.285,69	93.869,95	2.816,10
C 3% Vencidas	88.204,56	88.204,56	2.646,14	81.000,40	2.430,01
D 10% Normal	8.255,94	8.255,94	825,59	46.399,02	4.639,90
D 10% Vencidas	117.785,26	117.785,26	11.778,53	73.662,51	7.366,25
E 30% Normal				32.202,48	9.660,74
E 30% Vencidas	112.147,56	112.147,56	33.644,27	52.202,79	15.660,84
F 50% Normal	7.627,26	7.627,26	3.813,63	24.085,96	12.042,98
F 50% Vencidas	54.219,22	54.219,22	27.109,61	114.190,19	57.095,09
G 70% Normal				13.732,35	9.612,64
G 70% Vencidas	20.152,46	20.152,46	14.106,72	33.936,64	23.755,65
H 100% Normal				37.922,84	37.922,84
H 100% Vencidas	156.959,08	156.959,08	156.959,08	30.434,35	30.434,35
Total Normal	1.658.577,30	1.658.577,30	14.082,11	1.893.674,99	85.606,72
Total Vencidos	601.137,03	601.137,03	246.761,04	1.093.383,25	137.609,87



Total Geral	2.259.714,33	2.259.714,33	260.843,15	2.365.868,61	223.216,59
Provisões	260.843,15	260.843,15		223.216,59	
Total Líquido	1.998.871,18	1.998.871,18		2.142.652,02	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	216.110,54	629.227,51	1.414.376,28	2.259.714,33
TOTAL	216.110,54	629.227,51	1.414.376,28	2.259.714,33

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimo / Financiamento	30/06/2020	% da Carteira
Pessoa Física	2.259.714,33	2.259.714,33	100%
TOTAL	2.259.714,33	2.259.714,33	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	223.216,59	239.444,30
Constituições / Reversões	59.771,87	165.606,08
Transferência para prejuízo	(22.145,31)	(181.833,79)
TOTAL	260.843,15	223.216,59

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	30/06/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	36.223,41	1,28%	38.467,70	1,63%
10 Maiores Devedores	317.829,74	14,06%	301.384,54	12,74%
50 Maiores Devedores	1.128.237,27	39,88%	1.042.641,30	44,07%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Saldo inicial	621.189,63	474.904,56
Valor das operações transferidas no período	22.145,31	181.833,79
Valor das operações recuperadas no período	(70.221,21)	(35.548,72)
TOTAL	573.113,73	621.189,63

h) Receitas de operações de crédito:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Empréstimos	613.184,19	614.416,39
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	70.221,21	35.548,72
Total	683.405,40	649.965,11

6. Outros Créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:



Modalidade	30/06/2020	31/12/2019
Rendas a Receber		
Diversos (a)	305.345,45	252.387,18
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(80.847,84)	(1.195,16)
TOTAL	224.497,61	251.192,02

(a) Refere-se a títulos de créditos a receber pela venda de sua antiga sede, do valor de 269.492,81, e de créditos de Convênios e de tributos e contribuições a recuperar da Credibelgo.

7. Outros valores e bens

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Bens Não De Uso Próprio		
Despesas Antecipadas (a)	4.549,20	1.677,00
TOTAL	4.549,20	1.677,00

(a) Registram-se no grupo, as despesas antecipadas, referentes a apólices de seguros de sua nova sede.

8. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019	Taxa Depreciação
Terrenos (b)	110.000,00	110.000,00	00
Edificações	1.672.605,76	1.672.605,76	4%
Instalações		59.312,00	10%
Móveis e equipamentos de Uso	302.009,60	203.753,08	10%
Outros Sistema de Comunicação	5.211,62	4.597,62	10%
Sistema de Processamento de Dados	56.243,50	56.243,50	20%
Sistema de Segurança	28.891,97	28.891,97	10%
Máquinas e Equipamentos		28.408,34	10%
(-) Total Depreciação Acumulada	(282.048,31)	(223.626,23)	
TOTAL	1.892.914,14	1.940.186,04	

9. Depósitos.

É composto por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de *pro rata temporis*, já a remunerações pré-fixadas são calculadas o prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Depósito a Prazo	231.004,01	254.885,18
TOTAL	231.004,01	254.885,18

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma



associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº 4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	30/06/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	32.399,54	14,02%	84.281,04	33,06%
10 Maiores Depositantes	198.294,88	85,84%	222.039,97	87,11%

Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Depósitos a Prazo	4.216,15	6.058,48
Total	4.216,15	6.058,48

10. Outras Obrigações

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		891,36
Sociais e Estatutárias	166.443,23	124.865,10
Fiscais e Previdenciárias	15.534,07	18.230,79
Diversas	40.272,83	50.042,74
TOTAL	222.250,13	194.029,99

10.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Resultado de Atos com Associados (a)	20.566,81	9.407,11
Cotas de Capital a Pagar (b)	145.876,42	115.457,99
TOTAL	166.443,23	124.865,10

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% (dez por cento) das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

10.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Impostos e Contribuições a Recolher	15.534,07	18.230,79
TOTAL	15.534,07	18.230,79



10.3 Diversas

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	31.778,52	41.610,38
Credores Diversos – País (b)	8.494,31	8.432,36
TOTAL	40.272,83	50.042,74

(a) Provisão para pagamentos a efetuar refere-se às provisões trabalhista de Férias e de encargos sociais.

(b) Credores diversos referem-se a compromissos com fornecedores de bens e de serviços.

11. Instrumentos financeiros

A CREDIBELGO opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a prazo e empréstimos.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

12. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Capital Social	2.762.115,07	2.805.171,68
Associados	627	652

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.



Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 13 de março de 2.020, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$.30.097,78

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Sobra líquida do exercício	44.155,69	94.071,18
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	---	----
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	44.155,69	94.071,18
Destinações estatutárias		18.814,22
Reserva legal - 10%		9.407,11
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%		9.407,11
Sobra à disposição da Assembleia Geral	44.155,68	75.256,96

13. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Receita de prestação de serviços	31.346,22	20.116,73
Despesas específicas de atos não cooperativos		
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	29.334,90	21.502,80
Resultado operacional	2.011,32	(1.386,07)
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	2.011,32	(1.386,07)
Imposto de renda e da contribuição social	603,40	
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	1.407,92	(1.386,07)

14. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Imposto de Renda - Reversão de Provisões Operacionais		7.787,14
Outras Rendas Operacionais (a)	87.151,81	69.691,09
TOTAL	87.151,81	77.478,23

(a) Refere-se à reversão de créditos lançados como perdas de risco de créditos.

15. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(6.193,35)	(2.627,07)
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	(0,97)	(1.891,60)
TOTAL	(6.194,32)	(4.518,67)

16. Resultado não operacional

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Rendimentos de aplicação financeira	865,76	1.074,66
Prestação de serviços	19,57	10,15



Receitas de juros sobre título de crédito – NP -	30.460,89	19.031,92
Ganhos de Capital – Venda de ativos – antiga sede		
TOTAL	31.346,22	20.116,73

17. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas em 30 de junho de 2020:

MONTANTE DAS OPERAÇÕES ATIVAS	% em relação à carteira total
R\$.71.315,13	3,16%
MONTANTE DAS OPERAÇÕES PASSIVAS	% em relação à carteira total
R\$.15.498,31	6,71%

Operações ativas e passivas – saldo em 30/06/2020

Natureza da Operação de Crédito	Vaior da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Empréstimo	71.315,13	356,58	3,16%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de, empréstimos, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Empréstimos	3,25%	3,25%

No exercício de 2019 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e cédula de presença, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO SEMESTRE DE 2020 (R\$ 82.044,72)
--



Honorários	70.128,54
Cédula de Presença	11.916,18
TOTAIS	82.044,72

18. Estrutura de Gerenciamento de Riscos de Mercado

18.1 A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos de mercado prevê:

- a) procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento e controle de riscos de mercado das entidades do Sicoob;
- b) avaliação contínua da efetividade das estratégias utilizadas de mitigação de riscos de mercado das entidades do Sicoob;
- c) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez que evidenciem, no mínimo:
 - c.1) valor em Risco (*Value at Risk* – VaR);
 - c.2) limites máximos de risco de mercado;
 - c.3) cenários de *stress* para risco de mercado;
- d) elaboração das demonstrações relativas aos riscos de mercado e de liquidez, exigidas pelo Banco Central do Brasil, de acordo com especificações normativas em vigor;
- e) cálculos e projeção do capital regulamentar necessário às exposições aos riscos de mercado pelas entidades do Sicoob.

18.2 O gerenciamento de risco de mercado adota procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (*trading*) e não negociação (*banking*), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de *stress* e de aderência ao modelo de mensuração de risco (*backtesting* do VaR).

18.3 A métrica adotada para o cálculo gerencial do risco de mercado da carteira de não negociação (*banking*) é o Valor em Risco (*Value at Risk* – VaR), que mede a perda máxima estimada para determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado um intervalo de confiança estabelecido.

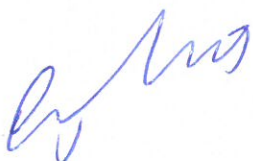
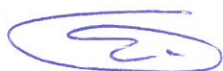
18.4 Para carteira de negociação (*trading*) são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

3.5 Os testes de aderência ao modelo de mensuração dos riscos (*backtesting* do VaR) são realizados, semestralmente, pela área gestora, para apurar o nível de consistência entre as perdas estimadas pelo VaR e os retornos efetivamente verificados.

19 Estrutura de Gerenciamento de Riscos de Liquidez

19.1. A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos de liquidez prevê:

- a) procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento e controle dos riscos de liquidez das entidades do Sicoob;
- b) produção de relatórios periódicos de acompanhamento dos riscos de liquidez para as entidades do Sicoob que evidenciem o enquadramento aos limites mínimos de liquidez;



c) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento de riscos de liquidez e que evidenciem, no mínimo:

c.1) limites mínimos de liquidez;

c.2) cenários de stress para risco de liquidez.

d) existência de plano de contingência de liquidez, contendo estratégias que devem ser adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar graves perdas decorrentes do risco de mercado e liquidez.

19.2. O gerenciamento do risco de liquidez adota procedimentos de identificação dos possíveis impactos na liquidez, da projeção da liquidez (fluxo de caixa), dos limites do risco de liquidez, cenários de stress de liquidez e planos de contingência de liquidez.

20. Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito

20.1 A estrutura de gerenciamento de risco de crédito, além de padronizar processos, metodologias de análise de risco de clientes e operações, monitorar as carteiras e manter uma política única de risco de crédito, também atua na (nos):

a) adequada validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;

b) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas, efetivamente, observadas;

c) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;

d) fornecimento de informações gerenciais periódicas para as entidades do Sistema;

e) modelos para avaliação do risco de crédito do cliente, de acordo com o público tomador, que levam em conta características específicas dos tomadores e questões setoriais e macroeconômicas;

f) limites de crédito para cada cliente e limites globais por carteira ou por linha de crédito.

20.2 O Sicoob mantém um conjunto de metodologias para avaliar o risco de crédito do cliente e da operação:

20.3 Os processos de crédito e de gerenciamento de risco de crédito são claramente segregados e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade no âmbito do Sicoob.

a) a metodologia é aplicada em duas etapas. Avalia-se primeiramente o cliente para depois avaliar eventuais fatores mitigadores de risco das operações com base em garantias;

b) há várias metodologias de avaliação de risco do cliente, aplicadas conforme o perfil do tomador;

c) nas metodologias de avaliação de risco do cliente, consideram-se variáveis específicas aos clientes e variáveis setoriais;

d) as metodologias possuem poder discriminante (capacidade de separar bons e maus clientes), periodicamente testado;



e) as classificações de risco subsidiam a alocação do crédito e a gestão da carteira de maneira sistêmica;

f) a metodologia de risco de operação contempla o contido na Resolução CMN nº 2.682/1999.

21. Estrutura de Gerenciamento de Risco Socioambiental

21.1 A estrutura de gerenciamento de risco socioambiental prevê a padronização dos procedimentos operacionais internos para identificar, classificar, avaliar e tratar os riscos socioambientais, além de fornecer informações gerenciais periódicas às entidades do Sistema.

21.2 Os processos e procedimentos para análise e monitoramento dos riscos socioambientais estão relacionados às operações de crédito:

a) as orientações nos normativos internos abordam os princípios subjacentes às responsabilidades socioambiental, reconhecendo o engajamento das partes interessadas aos temas centrais e, também, sobre formas de integrar o comportamento, socialmente responsável, na organização.

21.3 A exposição ao risco socioambiental é realizada com base em metodologia que leva em consideração características do Cooperado e da operação.

22. Estrutura de Gerenciamento de Capital

22.1 A estrutura centralizada de gerenciamento de capital prevê:

a) monitoramento e controle do capital mantido pelas entidades do Sicoob;

b) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades estão sujeitas;

c) planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades e horizonte mínimo de 3 (três) anos;

d) postura prospectiva, com antecipação da necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado;

e) viabilização, por meio de planejamento adequado de capitalização e de condições necessárias para o crescimento de negócios, estabelecido nas diretrizes estratégicas.

22.2 O Gerenciamento de Capital é um processo cíclico que envolve áreas do Sicoob Confederação, cooperativas centrais e singulares.

22.3 O Sicoob mantém um conjunto de metodologias que permitem identificar e avaliar riscos relevantes, de forma a manter um capital compatível com os riscos incorridos pelas entidades.

22.4 São realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado. Os resultados das avaliações de seus impactos no capital são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

23. Estrutura de Gestão de Continuidade de Negócios

23.1 A estrutura centralizada de Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) prevê:



- a) o conhecimento dos riscos de descontinuidade das entidades do Sicoob;
- b) a proposição de estratégias sistêmicas alinhadas aos riscos organizacionais;
- c) a implementação, divulgação, revisão, testes e manutenção das estratégias de continuidade, fazendo com que a gestão de continuidade de negócio faça parte da cultura organizacional;
- d) o alinhamento do processo de GCN junto às Centrais e Singulares.

23.2 A análise de impacto nos negócios (AIN) é a metodologia adotada para auxiliar na identificação dos processos críticos e está baseada nos impactos legal, financeiro e de imagem.

23.3 Para cada impacto (legal, financeiro e imagem) é atribuída uma nota conforme a criticidade.

23.4 Na metodologia da AIN é identificado o tempo limite para retorno à normalidade (*Recovery Time Objective – RTO*). Quanto menor o tempo para retorno à normalidade, maior a importância do processo para o negócio.

23.5 Os riscos de descontinuidade com resultado da AIN alto ou médio são classificados como processos críticos.

23.6 Para os processos críticos são definidas as estratégias de continuidade, com a intenção de resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

23.7 Durante a implementação das estratégias de continuidade dos processos críticos, são elaborados os Planos de Continuidade de Negócios classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Planos de Recuperação de Desastres (PRD) voltados para continuidade das suas atividades operacionais críticas.

23.8 O Sicoob Confederação é responsável pela elaboração dos Planos de Recuperação de Desastre (PRD), voltados para recuperação dos ativos de TI (Sisbr) referentes aos processos críticos sistêmicos, em um momento de contingência. As cooperativas são responsáveis pela elaboração dos Planos de Continuidade de Negócios voltados para os recursos de TI in-loco e negócio.

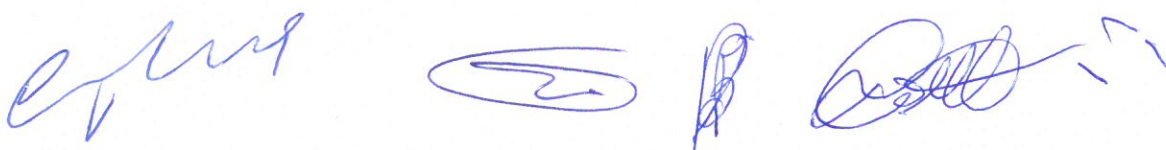
23.9 Os Planos de Continuidade de Negócios são testados anualmente para certificação quanto a sua efetividade.

24. Seguros contratados –

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

25. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos





CREDIBELGO

termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades.

O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos em 30 de junho de 2020.

João Monlevade, 21 de julho de 2020

DIRETORIA EXECUTIVA

JOSÉ GERALDO DE SOUZA – Diretor Presidente

CARLOS GERALDO DA SILVA – Diretor Financeiro

REGINALDO BRÁZ – Diretor Administrativo

DELCI SÉRGIO DO COUTO – Contador CRC/MG 23.550